



Senado ouve juiz e prefeito sobre desocupação do Pinheirinho

Organizada pela Comissão de Direitos Humanos, audiência discutirá hoje acusações de violência policial na retirada de famílias de terreno em São José dos Campos (SP)

O prefeito de São José dos Campos (SP) e o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo estão entre as autoridades que participarão hoje de audiência pública sobre a desocupação do

terreno onde foi erguida a comunidade do Pinheirinho. As famílias que viviam no local foram retiradas pela polícia militar no mês passado. Entidades dizem que a PM violou direitos humanos. **2**

Sociedade ganha com a PEC dos Recursos, avalia Aloysio Nunes

Relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça, o senador Aloysio Nunes diz que o importante é “fechar as portas para os recursos abusivos”. **2**



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador rebate argumento da OAB sobre restrição ao direito à defesa

Maurício Corrêa recebe homenagens em Plenário

Rodrigo Rollemberg e Pedro Simon lamentaram morte de ex-senador e ex-ministro. **3**

Internação compulsória de drogados volta à pauta da CAS

Comissão de Assuntos Sociais votará projeto de Demóstenes Torres. **4**

Senadores fazem alerta sobre cheias no Acre e no Amazonas

Os senadores Anibal Diniz e Vanessa Grazziotin fizeram ontem um relato sobre os problemas causados pelas enchentes em seus estados. As cheias vieram antes do

que se esperava, desabrigando milhares de pessoas. Vanessa pediu mais investimento em estudos meteorológicos e Anibal agradeceu o apoio do governo federal. **4**

Águas do rio Acre, que causaram estragos na capital do estado, Rio Branco (foto), tomaram 95% de Brasília, além de atingirem outros municípios acrianos, como Assis Brasil e Xapuri



Angela Peres/Agência de Notícias do Acre

Raupp comemora início de operações de hidrelétrica **4**

Discursos exaltam lei da ficha limpa

Os senadores Rodrigo Rollemberg, Pedro Simon e Pedro Taques foram à tribuna ontem elogiar a decisão do Supremo Tribunal Federal que, em julgamento concluído

na semana passada, considerou a Lei da Ficha Limpa válida para as eleições municipais de 2012. A lei foi aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado. **3**

Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.

www.senado.gov.br/jornal



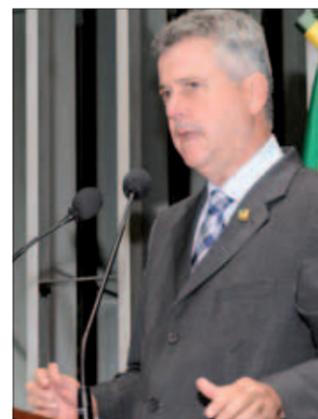
Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Pedro Taques, julgamento do Supremo deve servir de exemplo



Waldemir Barreto/Senado Federal

Pedro Simon sugere que ficha limpa seja exigida também de servidores



Waldemir Barreto/Senado Federal

Rollemberg considera histórica a decisão e lembra raiz popular da lei

Em audiência pública hoje, CDH ouvirá prefeito, juízes, defensores e moradores sobre acusações de violência na reintegração de posse de terreno em São José dos Campos

Comissão avalia ação policial no Pinheirinho

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discutirá hoje as denúncias de violência excessiva na ação de reintegração de posse ocorrida na favela do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), no mês passado.

O requerimento para realização da audiência foi apresentado pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

O terreno onde se localizava o Pinheirinho era ocupado desde 2004 por pelo menos 6 mil pessoas.

A desocupação do Pinheirinho foi tema de debate no Plenário do Senado no último dia 3. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu às autoridades do estado de São Paulo e do governo federal proteção às vítimas da violência. De acordo com ele, alguns policiais fizeram ameaças de morte caso as vítimas denunciasses abusos.

O senador leu trechos de

relatório produzido pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, com depoimentos das vítimas relatando violências físicas e sexuais cometidas pelos policiais militares destacados para cumprir a determinação de reintegração de posse emitida pela Justiça estadual.

Liminar

Suplicy informou que a reintegração de posse estava sendo negociada entre o juiz da 18ª Vara Cível de São Paulo, Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, os moradores da área e o síndico da massa falida da empresa proprietária do terreno, Jorge Uwada.

A Justiça estadual, no entanto, determinou a reintegração de posse pela força, antes do término das negociações.

Uma juíza federal chegou a mandar suspender a retirada dos moradores, mas a liminar foi cassada por outro juiz



Famílias retiradas da favela do Pinheirinho dormem em ginásio esportivo

federal, que entendeu que o assunto cabia à Justiça estadual.

No mesmo dia, em resposta a Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que todas as acusações serão apuradas pelo governo estadual e pela corregedoria da polícia militar.

O senador tucano reconheceu

a possibilidade de ocorrerem abusos em ações desse tipo, mas afirmou que a reintegração foi conduzida com cautela pela PM e atendeu a decisão judicial. Ele acrescentou que nenhuma das 18 supostas vítimas de agressão se submeteu a exame de corpo de delito.

Entre os convidados para a audiência na CDH, estão o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury; o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori; o juiz Luiz Beethoven Ferreira; defensoras públicas; e representantes dos moradores.

PEC dos Recursos: sociedade só tem a ganhar, diz Aloysio

Diante das constantes críticas ao Judiciário, especialmente no que diz respeito à demora no julgamento dos processos, crescem as expectativas em relação ao desfecho da votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 15/11) conhecida como PEC dos Recursos.

O texto estabelece o fim de recursos que atrasam a execução das sentenças, comumente usados pelas partes com o objetivo de retardar a ação.

— O importante é que se fechem as portas para os recursos abusivos, os recursos que têm apenas a finalidade de protelar a decisão final da Justiça, gerando com isso impunidade e a frustração do direito das pessoas — observa o relator da proposta, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira

(PMDB-CE), já anunciou que a PEC dos Recursos estará na pauta após o Carnaval, para debate e votação.

Aloysio Nunes acredita que a proposta não enfrentará dificuldades na comissão, já que a maioria dos senadores avalia a ideia com “simpatia”. Em entrevista concedida à Rádio e à Agência Senado, o senador disse que vê resistência clara da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional à proposta.

— Mas muitos advogados, aqueles que militam efetivamente nos fóruns das comarcas, que vão até lá e encostam a barriga no balcão do cartório, querem que a causa seja julgada rapidamente, até para poder receber os seus honorários.

Aos argumentos da OAB de que a proposta faria restrições ao direito de defesa, comprometendo as garantias do cidadão, o senador responde



Aloysio Nunes contesta críticas à proposta feitas pela OAB nacional

que “não há nenhum comprometimento das garantias do cidadão. O que a Constituição assegura — e essa é uma garantia fundamental — é que o cidadão tenha direito pelo menos a duas instâncias de julgamento. Ser julgado por um juiz e depois, se não se conformar, por uma autoridade jurisdicional superior ao primeiro juiz, que possa rever a decisão anterior. A partir daí, se discute somente questão jurídica, não se verificam mais as provas”.

Para o relator, a sociedade tem muito a ganhar com a aprovação da PEC.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Sessão sem votações

14h Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

CDH Audiência sobre Pinheirinho

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública para discutir o processo de reintegração de posse na comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). Foram convidados o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury; o secretário de Habitação de São Paulo, Sílvio Torres; e o presidente do Tribunal de Justiça do estado, Ivan Sartori, entre outros.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Sílvia Burle e Suelly Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aloysio Nunes critica pauta trancada por MPs

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lamentou ontem o fato de que o Senado tenha novamente três medidas provisórias (MPs) trancando a pauta de votações. O senador enfatizou que uma delas é “uma mistura completa”, combinando temas distintos como Agência Nacional de Cinema, café torrado, estímulo às exportações e Fundo da Marinha Mercante.

Em seu pronunciamento, Aloysio também afirmou que a presidente Dilma Rousseff voltará de férias com vários problemas, muitos com raízes no mandato do presidente Lula. Ele acentuou que Dilma demitiu oito ministros em seu primeiro ano de governo, todos acusados de corrupção.

— Um recorde na história da República — disse.

O senador lamentou

o baixo crescimento da economia brasileira em 2011 e pediu à presidente mais atenção às grandes obras de infraestrutura, citando a transposição do rio São Francisco.

O parlamentar lembrou ainda que o Congresso terá de enfrentar temas espinhosos em 2012, como a distribuição dos *royalties* do petróleo; a guerra fiscal; o Fundo de Participação dos Estados, cuja lei regulamentadora foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF); e as reformas tributária, política e eleitoral.

Aloysio disse que o julgamento, pelo STF, da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, colocou na pauta “um tema importante, crucial, que é o tema da coisa julgada”.

O senador defendeu a reforma do sistema recursal brasileiro.

“O PDT hoje é puxadinho do PT”, afirma Taques

Em aparte ao discurso de Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques (PDT-MT) lamentou a situação de muitos partidos. Segundo o parlamentar, vários partidos pequenos e médios têm se tornado satélites de siglas como o PT e o PSDB. Taques assinalou que até seu próprio partido, o PDT, costuma atuar como satélite do PT.

— Eu falo isso com vergonha, porque o PDT hoje é um puxadinho do PT — lamentou.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) rebateu Taques e defendeu seu partido. Ele disse que o PSB tem papel próprio e informou que muitos prefeitos e governadores de seu partido são bem avaliados

em pesquisas de opinião. Rollemberg deu o exemplo do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que teria mais de 80% de aprovação popular.

Taques reiterou o respeito que tem pelo PSB, mas ressaltou que o Brasil precisa ser mais importante que os partidos políticos. Segundo Taques, a imprensa informa que o governador Eduardo Campos estaria em busca da vaga de vice-presidente, em possível chapa para a reeleição da presidente Dilma Rousseff. Rollemberg respondeu que Campos não pretende tirar a vaga que hoje é de Michel Temer.

— Temos convicção de um projeto de país. É assim que o PSB constrói alianças: em defesa do povo.

Senadores lamentam a morte de Maurício Corrêa

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou o falecimento do ex-senador e ex-presidente do STF Maurício Corrêa, que morreu na última sexta-feira. Segundo Rollemberg, Corrêa honrou o Senado e foi o mais importante político do Distrito Federal, já que ocupou cargos importantes nos três Poderes. Corrêa foi ministro da Justiça no governo Itamar Franco, entre

1992 e 1994, e ministro do STF entre dezembro de 1994 e maio de 2004.

— Maurício Corrêa sempre honrou o DF. Ele fará muita falta — afirmou.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou sua solidariedade aos brasilienses e à família de Maurício Corrêa. O senador elogiou a atuação de Corrêa na defesa da lei e da democracia.

Na semana passada, STF decidiu que Lei da Ficha Limpa é constitucional e vale a partir da eleição deste ano; para Pedro Simon, presidente Dilma deveria adotar no Executivo as mesmas regras do Legislativo

Decisão sobre ficha limpa é histórica, diz Rollemberg

EM DISCURSO ONTEM no Plenário, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) elogiou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) na votação da Lei da Ficha Limpa.

Na quinta-feira passada, o STF decidiu que a Lei da Ficha Limpa é constitucional e valerá a partir das eleições deste ano.

— A decisão é histórica, pela mobilização popular e por exigir proibição dos que desejam cargo público — disse.

O senador elogiou os ministros que apoiaram a lei. Rollemberg disse que o ministro Joaquim Barbosa destacou a iniciativa popular, o que revelaria nova consciência de cidadania do povo brasileiro.

Ele também falou do voto do ministro Ricardo Lewandowski, que lembrou que as duas Casas do Congresso Nacional aprovaram a lei de forma unânime.

Na visão de Rollemberg, a aprovação da Lei da Ficha Limpa indica o avanço da democracia participativa e a importância da participação do STF na legitimação do anseio popular.

— O Brasil caminha no rumo certo — afirmou o senador.

Rollemberg defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/11, de sua autoria, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e prevê mais facilidade para projetos de iniciativa popular.

A proposta do senador



Rollemberg diz que projeto popular deveria ser aceito com mais facilidade



Pedro Simon afirma que Executivo também deveria adotar a ficha limpa

prevê reduzir à metade a exigência de 1% do eleitorado endossando a apresentação.

Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a sugerir à presidente Dilma Rousseff a adoção, no Executivo, de critérios similares aos criados para o Legislativo pela Lei da Ficha Limpa.

Simon elogiou a decisão do STF e ressaltou que a adoção dos mesmos critérios dessa lei para o preenchimento de cargos no Poder Executivo seria um avanço histórico.

Os ministros e servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Justiça, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Secretaria de Relações Institucionais, assinalou Simon, vêm debatendo

a possível edição de decreto presidencial que estabeleceria a ficha limpa no Executivo.

Para Simon, a presidente Dilma fará história se adotar a ficha limpa no Executivo, pois o critério da reputação ilibada passaria a valer para os três Poderes, proporcionando governabilidade à presidente e seus sucessores e mais seriedade ao governo federal.

— A bola está na mão da presidenta. Presidenta Dilma, este é o momento, talvez o momento mais importante na orientação da diretriz do governo de vossa excelência. Faça isso, atenda ao apelo do ministro Jorge Hage e assine o decreto — disse Simon, referindo-se ao ministro da CGU que vem defendendo a ideia de o Executivo adotar regras similares às previstas na Lei da Ficha Limpa.

Para senador, exemplo do Supremo deve ser seguido

Pedro Taques (PDT-MT), em discurso ontem, parabenizou o Supremo Tribunal Federal (STF) por seus “exemplos de honestidade cívica e de republicanismo” ao firmar a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar juízes e ao decretar a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Entretanto, lamentou que o Congresso não esteja caminhando na mesma direção.

O Supremo, disse o senador, ao decretar a constitucionalidade da Ficha Limpa, confirmou o que a Constituição já estabelece, que os candidatos “sejam cãndidos, limpos, alvos”.

Por outro lado, observou, falta ao Legislativo força política para aprovar matérias que façam esses princípios valerem.



Taques elogia decisões do STF sobre Ficha Limpa e Conselho de Justiça

— O STF deu mostra de que almeja fazer com que os princípios constitucionais sejam respeitados e vividos.

Sinalizou que precisamos cumprir os princípios da República. E o que o Legislativo está fazendo para se encontrar com o Judiciário nessa quadra histórica? Absolutamente nada — lamentou.

Para mudar tal quadro, o senador cobrou a aprovação de propostas de emendas à Constituição, como a que acaba com a imunidade parlamentar, de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS). Taques disse que está coletando assinaturas para apresentar PEC que estende as causas de inelegibilidade a cargos eletivos também aos cidadãos que vão assumir postos da administração pública (comissionados ou concursados).

— Nada mais é que a Lei da Ficha Limpa em outras formas de assunção a cargos públicos.



Waldemir Borreto/Senado Federal
Valdir Raupp diz que usinas já mudaram Rondônia para melhor

Raupp: usina de Santo Antônio começa a funcionar em março

Valdir Raupp (PMDB-RO) informou ontem ao Plenário que a primeira turbina da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, começa a funcionar em março. A construção das usinas de Jirau e Santo Antônio já transformou positivamente a realidade do estado, disse ele,

acrescentando que, no “pico das obras”, mais de 40 mil trabalhadores ficaram ocupados. — O impacto da construção dessas hidrelétricas em Rondônia tem sido efetivamente considerável. Os salários aumentaram e a renda, circulando, cresceu significativamente — afirmou o senador,

destacando que, em 2011, o recolhimento de ICMS em Rondônia aumentou 30%. Além disso, 80% da mão de obra nos canteiros é de trabalhadores da própria região. O estado, entretanto, precisa estar preparado para quando as usinas estiverem concluídas, pois os trabalhadores vão

necessitar de mais trabalho e empregos, apontou Raupp, que sugeriu às autoridades que ajudem os trabalhadores a conseguirem postos na construção de outras usinas na região Norte e em obras em países vizinhos de que o Brasil for participar, como no Peru e na Bolívia.

Cheias no Acre e Amazonas preocupam

Senadores da região amazônica alertam para transtornos causados pelas enchentes, que vieram antes do esperado

VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB-AM) e Anibal Diniz (PT-AC) manifestaram preocupação ontem, em Plenário, com a situação de municípios do Amazonas e do Acre que vêm sofrendo com as fortes cheias. As enchentes dos rios Juruá, Branco e Acre, além de outros da região amazônica, vieram antes do período esperado.

— Anomalias estão virando quase cotidiano, quase regra nas manifestações climáticas no Brasil e, principalmente, na região amazônica — disse Vanessa.

Até agora, explicou a parlamentar, cerca de 70 mil pessoas estão desabrigadas. Só em Rio Branco, capital acriana, 12 mil cidadãos perderam casas, pertences e estão alojadas em igrejas, órgãos públicos e colégios.

Na opinião da senadora, o problema merece atenção dos governos municipais, estaduais e federal, pois as cheias e os desbarrancamentos que elas ocasionam estão se tornando mais frequentes, a ponto de levar cidades inteiras a ser removidas após terem sido engolidas por quedas de barrancos.



Rio Acre sobe e alaga Xapuri (AC): Anibal Diniz agradece apoio da presidente Dilma Rousseff e Vanessa Grazziotin pede mais estudos meteorológicos

— Isso ocasiona problemas graves, profundos, que não são vistos pelas autoridades como deveriam e são muitas vezes ignorados porque ocorrem em cidades pequenas — assinalou.

De acordo com Vanessa, é cada vez mais necessário investir em pesquisas e estudos dos fenômenos meteorológicos para a segurança do próprio país.

Transtornos

Anibal Diniz elogiou o esforço do governador do Acre, Tião Viana, para atender as famílias atingidas pelas cheias. Segundo ele, se não fosse a ação do governo e da sociedade, o sofrimento da população seria ainda maior.

O senador manifestou solidariedade às famílias atingidas e elogiou a atuação do prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, e de outros prefeitos do interior. Ele também agradeceu a atenção que a presidente Dilma Rousseff tem dado ao estado.

O senador informou que o rio Acre, que passa pela capital do estado e pela cidade de Brasília, está 17,46 metros acima do nível normal. Ele lembrou que a maior enchente do rio ocorreu em 1997, quando o nível subiu 17,7 metros.

O parlamentar disse que são muitos os transtornos a serem vencidos. Além dos danos ao patrimônio, há também risco para a saúde da população. Ele informou que foi constituído



comitê para centralizar as informações e planejar as ações de socorro e amparo.

— O essencial no atendimento em relação a saúde, alimentação e abrigo tem sido feito pelo governo do estado e pela prefeitura de Rio Branco. Tem sido uma atuação exemplar — declarou.

Medalha

Anibal Diniz também parabenizou a estudante

Larissa Bruna Carvalho de Sousa, de Santa Rosa do Purus (AC). Larissa foi a primeira estudante do Acre a receber medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, que está na oitava edição.

— É motivo de orgulho para todos os professores do estado. O bom aluno vai à luta, mesmo com tantos empecilhos. Larissa é uma vencedora — disse o senador.

CAS volta a examinar internação compulsória para viciados em drogas

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) está para votar o polêmico projeto de lei do Senado (PLS 111/10) que permite a internação compulsória de dependentes de drogas. Apresentado por Demóstenes Torres (DEM-GO), o texto original previa inclusive a prisão dos usuários para induzi-los ao tratamento médico, mas essa possibilidade foi excluída pela relatora, Ana Amélia (PP-RS). Depois da CAS, o projeto vai ao exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto também determina que o combate ao tráfico de drogas terá o apoio das

Forças Armadas, “com ênfase nas áreas de fronteira”. Além disso, a parlamentar acrescentou dispositivo que prevê

aplicação de multas aos usuários — medida questionada na semana passada por Paulo Davim (PV-RN) e Waldemir

Moka (PMDB-MS). O impasse criado gerou pedido de vista coletiva, adiando a votação da proposta. Ana Amélia diz que a ideia da multa foi apresentada por psiquiatras especializados na área.

O caráter polêmico do projeto ficou evidente em audiência pública realizada em setembro pela CAS, quando representantes do governo se manifestaram contrariamente à proposta e médicos especialistas em dependência química defenderam as medidas sugeridas por Demóstenes Torres.

Quando apresentou a proposta, em abril de 2010, o senador argumentou que era

preciso resgatar a possibilidade de prisão para o consumidor de drogas, pois “a despenalização foi uma experiência ruim”. Ao acabar com a pena de prisão para os usuários, a Lei de Drogas (Lei 11.343/06), fez com que “familiares, educadores e o próprio Poder Judiciário ficassem de pés e mãos atados para internar o dependente: se ele quiser se tratar, arruma-se uma clínica, mas, se ele recusar o tratamento, nada se pode fazer além de assistir a sua autodestruição”. Para o senador, a medida seria ainda mais necessária frente ao crescente consumo de crack no país.



Região da Cracolândia, em São Paulo: projeto prevê multas aos usuários